Novas regras de correção do FGTS beneficiam trabalhador P.13

Diário do Nordeste
14 de junho de 2024 Ano 43/Nº15126
SEXTA-FEIRA
Fundador: Edson Queiroz
www.diáriodonordeste.com.br

Paralisação ameaça serviços de proteção ambiental

A paralisação parcial de servidores federais há 6 meses ameaça os serviços de proteção ambiental no Ceará. Fiscalização de pesca e desmatamento e emissão de licenças foram reduzidas durante o movimento que pede reestruturação da carreira P. 2 e 3

CEARÁ

PEC das praias impacta no destino do terreno do Edifício São Pedro P. 4 e 5

FOTO: THIAGO GADELHA

PONTO PODER • ELEIÇÕES 2024 •

Em ano eleitoral, 30% das sessões da Alece foram suspensas por ausência de deputados P.9

DESTAQUE

MEIO AMBIENTE

Paralisação parcial de servidores federais há seis meses ameaça serviços de proteção ambiental no Ceará. Fiscalização de pesca e desmatamento e emissão de licenças foi reduzida durante movimento que pede reestruturação da carreira

#Paralisação

Nícolas Paulino nicolas.paulino@svm.com.br

Prejuízo ambiental

FOTO: NATINHO RODRIGUES/DIÁRIO DO NORDESTE

“Nosso pessoal não está indo para as operações. Atendemos apenas algumas demandas de Justiça e do Ministério Público e as tarefas burocráticas, e isso afeta o licenciamento, ações de fiscalização”

João Juvêncio
Presidente da Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Asibama-CE)

“Participamos ativamente das negociações com as demais instâncias do Governo Federal no que diz respeito às demandas dos servidores do Instituto e que “está trabalhando para que haja um desfecho positivo e a garantia da continuidade das suas atividades”

Trecho de nota do Ibama

Mobilizados há mais de 180 dias, servidores federais da área ambiental do Ceará pedem a reestruturação de cargos e carreiras, reajustes salariais e melhores condições de trabalho. Porém, enquanto a negociação não avança, atividades desenvolvidas pelos agentes em campo são limitadas e põem em risco a proteção à biodiversidade no Estado. Integram o movimento servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do Serviço Florestal Brasileiro. Ao todo, 81 servidores, entre analistas e técnicos, incluindo 33 fiscais, aderiram à iniciativa no Ceará - o que representa cerca de 70% do total.

O presidente da Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Asibama-CE), João Juvêncio, explica que a negociação avançou pouco.

A proposta inicial era a equiparação com os servidores da Agência Nacional de Águas (ANA) e, embora a categoria tenha cedido alguns pontos, a contraproposta não foi aceita pelo Governo. Nacionalmente, centenas de pessoas entregaram seus cargos.

Enquanto isso, diversos serviços foram reduzidos, como: importação de veículos, cuja licença é emitida pela autarquia; operações de fiscalização na Amazônia e em outras áreas protegidas; exportação de peixes ornamentais; exportação via portos e aeroportos; licenciamento de obras e projetos.

No Ceará, por exemplo, o Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) não fechou, mas está com limitações, realizando a soltura apenas de animais que já estavam sob cuidados antes da paralisação, segundo Juvêncio. A pesca ilegal da lagosta também está sem controle oficial.

“A nível local, nosso pessoal não está indo para as operações. Atendemos apenas algumas demandas de Justiça e do Ministério Públi-

DESTAQUE

A pesca ilegal da lagosta também está sem controle oficial, diante da greve dos servidores federais

co e as tarefas burocráticas, e isso afeta o licenciamento, ações de fiscalização", explica o presidente.

Um exemplo de ação emergencial do órgão ocorreu para embargar a retirada de vegetação florestal na área onde seria o Fortal 2024. "Os servidores se envolveram porque era extremamente necessário, ia ser desmatada uma vegetação ainda bem preservada", afirma.

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Ceará (Sintsef-CE) acompanha a paralisação, reforça o apoio aos servidores e afirma "que lutará junto à categoria para garantir os direitos desses trabalhadores(as) que dedicam suas vidas à proteção do nosso maior tesouro, a natureza".

Além da reestruturação do plano de cargos e carreiras e da reposição dos salários, "defasados há mais de 10 anos", os agentes ambientais pedem o incremento no quadro de servidores. De acordo com a categoria, a quantidade é "insuficiente" porque muitos novos concursados abandonam os cargos devido ao baixo salário, comprometendo o funcionamento do MMA.

Na última sexta-feira (7), o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou que a mesa de negociação foi encerrada, cabendo à categoria aceitar ou não a proposta - que não atende à demanda original.

Em reunião do Associação Nacional dos servidores federais do meio ambiente, realizada na última segunda (10), a organização definiu prazo até sexta-feira (14) para que as unidades estaduais votem a proposta de indicativo de greve geral da categoria. Pela proposta da Associação, a greve geral deve ter início a partir do dia 24 de junho, se aprovada nas assembleias locais.

Na manhã dessa quarta (12), os servidores cearenses decidiram continuar o estado de paralisação parcial das atividades, conforme a Asibama-CE.

Negociações

Em nota enviada ao Diário do Nordeste, o Ibama informou que "participa ativamente" das negociações com as demais instâncias do Governo Federal no que diz respeito às demandas dos servidores do Instituto e que "está trabalhando para que haja um desfecho positivo e a garantia da continuidade das suas atividades".

"Cabe ressaltar que não houve paralisação até o momento. Os servidores continuam atuando em atividades internas da Instituição", alegou a autarquia. O Ibama finaliza a nota dizendo que a presidência da Autarquia "tem como uma das principais prioridades a valorização e reestruturação das carreiras do Instituto e atua para isso desde o início da atual gestão".

#SãoPedro
#União
#Terreno

CEARÁ

O que a 'PEC das Praias' tem a ver com o destino do terreno do Edifício São Pedro em Fortaleza. O caso envolvendo a icônica edificação demolida pela Prefeitura em Fortaleza é um exemplo de como funciona o uso dos terrenos de marinha e do que está em jogo na polêmica PEC

#PECDasPraias **Thatiany Nascimento** thatiany.nascimento@svm.com.br

Dinâmica afetada

Nas últimas semanas, a chamada "PEC das Praias" tem gerado debates e repercussões nas redes sociais e no legislativo brasileiro. A PEC em questão é uma Proposta de Emenda à Constituição (3/2022) que tramita no Senado e autoriza o Governo Federal a vender os chamados terrenos de marinha. Hoje, a Constituição não permite essa possibilidade, e a União pode até conceder o uso dessas áreas a estados, municípios e a particulares, mas segue como proprietária dos terrenos. Em Fortaleza, essa dinâmica afeta diversos imóveis e um deles é justamente a área do antigo Edifício São Pedro, na Praia de Iracema.

O 1º ponto é que, segundo a Superintendência do Patrimônio da União no Ceará (SPU/CE), órgão do Governo Federal que registra os ocupantes de terrenos de marinha, o Edifício São Pedro, em Fortaleza, ou agora mais precisamente o terreno esvaziado após a demolição do mesmo, está em uma área de marinha, logo pertence à União. É exatamente essa condição específica que conecta a polêmica "PEC das Praias" e o destino do local que, por décadas, abrigou a emblemática edificação, hoje completamente demolida.

Conforme permite a legislação brasileira, durante décadas, o uso do terreno de marinha no qual o São Pedro estava em Fortaleza foi concedido a proprietários particulares, mediante um regime de pagamento de tributos que é previsto legalmente. Em termos práticos, o pagamento é uma espécie de "aluguel" pago pelos ocupantes. Portanto, o caso envolvendo a icônica edificação demolida pela Prefeitura em Fortaleza é um exemplo de como funciona o uso dos terrenos de marinha e do que está em jogo na discussão da PEC das Praias.

Vale destacar que as áreas de marinha não são terrenos pertencentes à Marinha do Brasil, instituição das forças armadas. Na realidade, o termo "terreno de marinha" tem relação com porções de terra localizadas próximos ao mar e teve origem no Brasil Colonial devido à necessidade, à época, de proteção do território de invasões estrangeiras. Os terrenos de marinha estão localizados na costa marítima e também nas margens dos rios e lagoas.

Na legislação atual, os terrenos de marinha são definidos como sendo aqueles situados em uma faixa de 33 metros contados a partir da linha do preamar-médio (uma faixa imaginária traçada tendo como referência a maré mais alta do ano de 1831) em direção ao continente. O ano usado como base é aquele no qual alguns tributos foram incluídos no orçamento federal e é o marco utilizado pelos Decreto-Lei 9760/1946 e 3438/1941 que tratam, dentre outros pontos, sobre os bens imóveis da União.

Proposta e repercussão

A PEC das Praias é uma proposta de 2011 e já foi aprovada em dois turnos na Câmara Federal. Desde 2022 tramita no Senado e tem como relator o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ela prevê, dentre outros pontos, a transferência da posse integral dos terrenos de marinha aos ocupantes, sejam eles estados e municípios ou particulares.

Se aprovada, as áreas definidas como terrenos de marinha, ficam da seguinte forma: Continuam sob o domínio da União as áreas ocupadas pelo serviço público federal e as áreas não ocupadas; São transferidos de forma gratuita para estados e municípios as áreas afetadas pelo serviço público estadual e municipal; São transferidas de forma paga para foreiros e ocupantes particulares regularmente inscritos na SPU até a publicação da Emenda Constitucional. São transferidos de forma gratuitas nas áreas de habitação de interesse social.

Desse modo, a PEC propõe diretamente a abolição do pagamento das taxas de foro, ocupação e laudêmio e, em paralelo, que essas áreas possam ser transferidas para estados e municípios ou para particulares que já ocupam os locais. Mas, no caso dos entes privados, que não estão em área de habitação de interesse social, essa transferência terá um custo, que não é definido explicitamente na PEC.

Se a PEC já estivesse aprovada, por exemplo, os proprietários do São Pedro, caso desejassem, teriam o direito de tentar adquirir o terreno e com isso, ele deixaria de ser da União passando para os entes privados mediante pagamento. Logo, a UFC não poderia se instalar no local.

SPU

Em Fortaleza, na reviravolta mais recente sobre o destino do terreno do Edifício São Pedro, a SPU/CE comunicou, na semana passada, que retomará o uso do terreno, ocupado há décadas por proprietários particulares. No caso dessa ocupação, por estar em terreno de marinha, ela está sujeita ao pagamento de tributos à União,

FOTO: THIAGO GADELHA

CEARÁ

Segundo a Superintendência do Patrimônio da União no Ceará, o Edifício São Pedro, em Fortaleza, está em uma área de marinha

ou seja, os proprietários particulares que têm interesse de usar esses imóveis precisam pagar taxas ao Governo Federal. E na "PEC das Praias", já aprovada na Câmara Federal e que tramita no Senado, um dos pontos centrais é justamente a abolição total da obrigatoriedade desse pagamento por entes privados.

No atual regime, os ocupantes de terrenos de marinha, devem pagar ao Governo Federal: Taxa de aforamento: (0,6% do valor total do terreno): valor cobrado anualmente pela SPU pelo uso do imóvel sob regime de aforamento (uma espécie de contrato estabelecido com a União); Taxa de ocupação (2% do valor do terreno): valor cobrado anualmente pela SPU pela ocupação do imóvel da União. Taxa de laudêmio: (5% do valor do imóvel à época em que for realizada a transação imobiliária) deve ser pago sempre que houver transferência do domínio útil do imóvel.

No caso das taxas anuais, os ocupantes ou pagam o aforamento ou a ocupação. De acordo com a SPU, no caso do Edifício São Pedro, dos 141 proprietários apenas 20 estão com as taxas de aforamento em dia, ou seja, o pagamento anual dos 0,6%. Cada uma das 141 salas que formavam o Edifício tem, junto à SPU, um número de Registro de Imóvel Patrimonial (RIP) e o controle do pagamento é feito a partir dele.

O superintendente da SPU no Ceará, Fábio Galvão, a legislação vigente determina que, caso haja atraso de pagamento por três anos seguidos ou quatro anos intercalados, é feita a caducidade do aforamento, ou seja, a extinção dessa permissão de uso. A legislação mencionada é o Decreto-Lei 3438/1941.

"Estamos notificando as pessoas que estão adimplentes, que são as poucas pessoas. Notificando para dizer que foi necessário caminhar para a instalação de um equipamento público", explica Fábio. No caso, o terreno, conforme projetado pela SPU, deve ser destinado à implantação de um equipamento da Universidade Federal do Ceará (UFC). No lugar, a universidade pretende erguer uma das instalações do campus Iracema, com a implantação de um Centro de Eventos.

Flávio reforça que em uma situação dessas, em que a demanda de uma instituição pública por um espaço e há uma terreno de marinha nesse radar, caso a maioria dos ocupantes estivesse inadimplente, seria difícil que a União retomasse o terreno. "Mas como lá é o contrário, a grande maioria estava inadimplente, não vimos outra solução do que atender um pedido da UFC. O que contribuiu muito foi a minoria está adimplente", completa. "Se você não pagar essas taxas, você fica sujeito às mesmas consequência de não pagar uma taxa municipal, um IPTU, por exemplo, pode ir para dívida ativa, a União pode entrar com ação para a cobrança desses valores", explica o advogado especialista em Direito Imobiliário e vice-presidente da Comissão de Direito Imobiliário da Ordem dos Advogados do Brasil secção Ceará (OAB-CE), Welvio Cavalcante.

O advogado explica ainda que as pessoas que ocupam esses terrenos o fazem com a autorização da União mas não possuem domínio pleno e sim o domínio útil. Com a aprovação da PEC, esses ocupantes passariam a ter o domínio pleno.

"Quando o terreno é de marinha, mesmo ele sendo aforado (como o São Pedro), quando existe um interesse público para ocupar aquele imóvel, há o cancelamento do aforamento e uma indenização das pessoas que estão regulares. A União está cancelando o aforamento do São Pedro para fins de retomada da posse. Hoje, a União federal não tem a posse, ela tem a propriedade. A posse estava com as pessoas que ocupavam lá pelo regime de aforamento. Mas como há o interesse público, a União faz o cancelamento do aforamento para a retomada da posse pela União, que é a dona do imóvel".

Relação

Vale ressaltar que a proposta não faz menção explícita à privatização das praias. Mas críticos à proposição temem e alegam que ela pode favorecer o limite de acesso ao litoral porque permitirá que particulares sejam donos de empreendimentos muito próximos ao mar.

"A praia é prevista em uma lei específica 7661/1988, definida como a área que é coberta e descoberta periodicamente pela água. A praia jamais poderá ser privativa pois essa lei tem um dispositivo que diz que as praias são bens de uso comum do povo sendo assegurada sempre livre e franco acesso a elas e ao mar em qualquer direção e sentido, ressalvado os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica", destaca o vice-presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB-CE, Welvio Cavalcante.

Leia o conteúdo completo em diariodonordeste.verdesmares.com.br

A SPU/CE comunicou, na semana passada, que retomará o uso do terreno, ocupado há décadas por proprietários particulares

#Facção
#CV
#Massa

SEGURANÇA

Saiba por que lideranças 'rasgaram a camisa' da facção Comando Vermelho e criaram a Massa no Ceará. Seis acusados de integrar a facção criminosa cearense, dissidência do grupo carioca, foram condenados

#Facções **Messias Borges** messias.borges@svm.com.br

MESSIAS BORGES . MESSIAS.BORGES@SVM.COM.BR

Integrantes da facção Comando Vermelho e da dissidência, Massa Carcerária, foram alvos da Operação Annulare, em novembro de 2021

Troca de facção e condenação

Seis acusados de integrar a facção criminosa cearense Massa Carcerária foram condenados pela Justiça Estadual a uma soma de mais de 52 anos de prisão. A sentença judicial detalha por que diversas lideranças da Massa abandonaram a facção carioca Comando Vermelho (CV) para criar o novo grupo criminoso no Ceará.

A decisão foi proferida pela Vara de Delitos de Organizações Criminosas, no último dia 5 de junho. Conforme o documento, que o Diário do Nordeste teve acesso, a dissidência no Comando Vermelho ocorreu após a prisão de Max Miliano Machado da Silva, conhecido como 'Lampião', 'Pio' ou 'Gordão' e apontado como o número 1 do CV no Ceará, em fevereiro de 2021.

Com o enfraquecimento de Max Miliano na chefia do Comando Vermelho do Ceará, após sua prisão em fevereiro de 2021, várias lideranças locais da facção começaram a 'entregar suas camisas', ou seja, decidiram sair da mencionada ORCRIM (organização criminosa, assumindo o controle de suas respectivas áreas, se autointitulando 'Massa Carcerária', 'Massa Criminosa' ou 'Neutro' - MC7", destaca a decisão da Vara de Delitos de Organizações Criminosas.

A divisão da facção carioca se proliferou por Fortaleza e pelo Interior do Ceará, nos meses seguintes

Movimento

Segundo a decisão judicial, o movimento começou em Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza, quando criminosos ligados a um braço do CV, denominado de Comando da Laje (CDL), deixaram a facção carioca para seguir seus líderes, Antônio Gerlando Sampaio Viana, o 'Toin das Armas'; Francisco Cilas de Moura Araújo, o 'Mago' (preso no Estado do Piauí, em julho de 2020); e Alban Darlan Batista Guerra (morto em confronto com a Polícia, no Rio de Janeiro, também em julho de 2020).

A divisão da facção carioca se proliferou por Fortaleza e pelo Interior do Ceará, nos meses seguintes. Comando Vermelho e Massa Carcerária entraram em guerra, na disputa por território para o tráfico de drogas, o que impulsionou o número de homicídios.

Um dos grupos que "rasgou a camisa" do Comando Vermelho para aderir à facção cearense Massa Carcerária atuava no bairro Pirambu, em Fortaleza, e foi alvo da Operação Annulare, da Polícia Civil do Ceará (PCCE), em novembro de 2021.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

SEGURANCA

Participação em filmes e programa de rádio: casal suspeito de desviar doações ao RS exibia carreira nas redes. Ator Aldo Anísio e a influencer Regina Belo foram presos em Fortaleza numa operação policial

#OperaçãoDilúvioMoral

seguranca@svm.com.br

FOTO: REPRODUÇÃO/INSTA-

Casal publicava fotos da rotina de trabalho e da relação amorosa entre eles

Desvio de doações

Alvo da operação "Dilúvio Moral", em Fortaleza, nesta quinta-feira (13), o casal Aldo Anísio e Regina Belo soma experiências artísticas no Ceará que costumam ser divulgadas em redes sociais. A identidade foi apurada pelo Diário do Nordeste junto a fontes da Segurança Pública.

Regina tem mais de 26 mil seguidores no Instagram, onde compartilha momentos da carreira como atriz e apresentadora, além de dicas de beleza e vida fitness. Já Aldo costuma divulgar trechos de apresentações como recitador de cordel. Os dois foram presos em Fortaleza em operação articulada pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a Polícia Civil cearense. Eles criaram mais de 200 chaves Pix para fraudar campanhas de doações em prol da população gaúcha afetada pelas enchentes.

Conforme o livro "Cordel Vivo - A arte de Aldo Anísio", o ator iniciou a carreira artística no teatro com o espetáculo "Alma Afoita", de Oswald Barroso. Aldo chegou a concluir o curso de Arte Dramática da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC) e participou de obras audiovisuais de curta e longa-metragem, assim como comerciais de TV. No portal Internet Movie Database (IMDB), o nome de Aldo Anísio aparece no elenco do filme "Onde Nascem os Bravos" (2017). Na produção, ele é o personagem Setepele.

Nas redes sociais, Regina Belo costuma mostrar a rotina de trabalho em um podcast, transmitido pela FM Benfica. Ela também chegou a participar de uma série de humor voltada ao YouTube, a produção "The Walking Agreste", em que deu vida à personagem Zumira.

Com a repercussão da notícia sobre a prisão, a direção da emissora de rádio publicou comunicado no Instagram explicando a relação da apresentadora com a rádio.

"A Direção da FM Benfica informa, para os devidos fins, que a senhora Regina Jorge Belo da Fonseca não é funcionária desta empresa. O podcast que ela apresentava na FM Benfica era realizado de forma independente, conforme contrato firmado entre ambas as partes. Informamos também que o referido podcast foi retirado da grade da nossa programação, pois não compactuamos com práticas criminosas", informou a rádio em nota.

Uma das últimas postagens feitas nos stories da influenciadora, foi em comemoração ao Dia dos Namorados

Postagens

Uma das últimas postagens feitas nos stories da influenciadora, e compartilhado pelo companheiro, foi em comemoração ao Dia dos Namorados ao lado de Aldo Anísio. Nos últimos tempos, ele estava dedicado ao show de declamação "Cordel Vivo", que estreou no Dia do Nordestino no teatro de um shopping de Fortaleza.

No Instagram, Aldo Anísio conta com publicações das apresentações de cordel pelo Ceará – uma das últimas foi registrada em maio deste ano, no Centro Cultural Banco do Nordeste, na Capital. Na rede social, ele também postava entrevistas concedidas a emissoras de TV, além de fotos com a companheira.

As investigações contra o casal apontaram que eles criaram cerca de 235 chaves Pix distintas, abrangendo fraudes a diversas campanhas de arrecadação de donativos. Apenas no mês de maio, durante as investigações, observou-se que o casal criou chaves novas todos os dias, sempre a partir de contas abertas com documentos falsos.

As campanhas de doação das influenciadoras Paola Saldívia e Deise Falci, que realmente buscavam arrecadação de valores a serem destinados ao cuidado de animais resgatados das enchentes, foram alguns dos alvos dos fraudadores. Segundo a Polícia, o casal alterava um dígito das chaves Pix para induzir os doadores ao erro.

#PL
#Aborto
#Homicídio

PONTO PODER

O que diz o projeto da Câmara que equipara o aborto a homicídio

Proposta pode acabar com o direito das mulheres vítimas de estupro ao aborto legal; mais do que isso: elas podem ser condenadas a 20 anos de prisão

#PautaDosCostumes

Inácio Aguiar inacio.aguiar@svm.com.br

FOTO: CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta teve o regime de urgência aprovado na calada da noite

Debate reduzido

Na calada da noite de quarta-feira (12), a Câmara dos Deputados aprovou a urgência de tramitação de um projeto de lei que pretende alterar o Código Penal Brasileiro para punir como crime de homicídio mulheres que interromperem a gravidez com 22 semanas, mesmo nos casos em que a gestação seja resultante de estupro.

O projeto, naturalmente, passa longe de ser uma prioridade para o País que enfrenta problemas muito maiores e mais complexos, mas faz parte da estratégia de um grupo de deputados radicais de dominar os debates no País com a chamada pauta de costumes, com amplo apoio da ala conservadora do Congresso Nacional.

A aprovação da urgência, na prática, restringe o debate sobre o tema delicado e que demandaria um debate amplo com a sociedade, inclusive, ouvindo especialistas.

Para você entender: um projeto com a urgência aprovada, vai para discussão em plenário, sem necessidade de passar pelas comissões técnicas da Casa, que discutem os assuntos com mais profundidade.

Detalhes do projeto

O Projeto de Lei 1904/24 altera os artigos 124, 125 e 126 do Código Penal Brasileiro para equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nos casos de gravidez resultante de estupro.

O PL 1904/24 altera os artigos 124, 125 e 126 do Código Penal para equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio

A proposta em debate é assinada por 33 parlamentares da bancada conservadora, entre eles os deputados Sóstenes Cavalcante (PL/RJ), Evair Vieira de Melo (PP/ES) e Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP).

Caso a proposta seja aprovada e entre em vigor, mulheres que praticarem aborto após a 22ª semana de gestação, inclusive nos casos de estupro, passam a responder pelo crime de homicídio, cuja pena varia de 6 a 20 anos de prisão em regime fechado. Atualmente, o Código Penal não pune o aborto em caso de estupro.

Especialistas no assunto estão alertando para uma grave contradição no projeto. A mulher vítima de estupro que fizer o aborto poderá ser condenada a uma pena maior do que a do estuprador, que só chega a 10 anos de prisão.

A proposta está no início da tramitação, mas a aprovação da urgência em plenário derruba os debates anteriores que são feitos nas comissões temáticas, cabendo apenas ao presidente da Câmara pautar a proposta e os próprios deputados discutirem. Depois de aprovada na Câmara, a proposta ainda passará pelo crivo dos senadores e, posteriormente, poderia ser sancionada ou vetada pelo presidente da República.

Em ano eleitoral, quase 30% das sessões da Alece foram suspensas por ausência de deputados. O número de sessões levantadas neste ano é quase o dobro do registrado no mesmo período de 2023

#Alece Alessandra Castro alessandra.castro@svm.com.br

FOTO: JÚNIOR PIO/ALECE

Recurso de "verificação de presença" tem motivado embates entre deputados estaduais

Sessões esvaziadas

Em ano de eleições municipais, quase 30% das sessões da Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) foram suspensas ou não realizadas por ausência de deputados em plenário. Ao todo, foram 12 (26%) de 46 sessões ordinárias levantadas por falta de quórum em apenas quatro meses de trabalho neste ano, tendo em vista que em janeiro os parlamentares estavam de recesso. Das 12, quatro sequer foram abertas porque não havia legisladores suficientes na Casa para realização da sessão. As demais chegaram a ser iniciadas, mas foram interrompidas após solicitação de verificação de presença – recurso regimental que pode ser utilizado pelos deputados a qualquer momento da sessão. A maioria das verificações, inclusive, partiu de parlamentares da base governista, sendo alvo de questionamentos pela oposição.

A reportagem analisou o período de quatro meses de trabalho neste ano, desde a primeira sessão de 2024, realizada no dia 6 de fevereiro, até a 46ª, ocorrida no último dia 4 deste mês. Não foram consideradas sessões ordinárias levantadas em razão de pesar de falecimento. Os dados foram retirados das atas da Assembleia e verificados nas transmissões das sessões no Youtube e Facebook da Casa.

Na sessão ordinária do dia 20 de fevereiro deste ano, apenas cinco parlamentares marcaram presença após solicitação de verificação de quórum, às 12h17

Quase o dobro de 2023

O número de sessões levantadas neste ano, inclusive, é quase o dobro do registrado no mesmo período do ano passado. Em 2023, apenas 7 de 46 foram suspensas.

Apesar do recurso de verificação de presença estar previsto no regimento interno da Casa, a utilização vem causando embates entre base e oposição. O artigo 21 do Código da Assembleia estabelece que o presidente é o responsável por "ordenar, em qualquer fase dos trabalhos, quando julgar necessário ou em face de requerimento formulado por deputado, a verificação de presença".

O artigo 21, no entanto, não estipula um tempo mínimo para tal. Porém, o prazo para início da verificação é determinado pelo inciso oitavo do artigo 218, que coloca a "verificação de presença" como um dos requerimentos que devem ser despachados imediatamente pelo presidente do Casa.

Já o intervalo entre zerar o painel e esperar que os deputados marquem suas presenças, seja na plataforma virtual ou no plenário, não está tipificado no regimento para os casos de "verificação de presença". O documento prevê apenas o prazo de verificação de quórum para a realização da Ordem do Dia e para a abertura da sessão, ambos de 20 minutos. Em acordo interno, os parlamentares estabeleceram um tempo de 10 minutos de espera para que as presenças sejam registradas após a solicitação do recurso regimental. Se nesse intervalo o quórum não for alcançado, a sessão é suspensa.

Motivo de bate-boca

Apesar das regras no Código do Parlamento e dos acertos informais, a "verificação de presença" vem motivando debates acalorados na Casa, com ápice para um bate-boca entre parlamentares de base e oposição na sessão do último dia 22 de maio.

Naquele dia, o embate começou após o deputado Pastor Alcides (PL) solicitar a verificação diante da pouca quantidade de legisladores no plenário naquele momento do Primeiro Expediente. Primeiro-vice-presidente da Casa e presidente daquela sessão, o deputado Fernando Santana (PT) afirmou que faria a contagem ao final do discurso do deputado De Assis Diniz (PT), devido a problemas técnicos no painel que mostra os comparecimentos. Leia o conteúdo completo em diariodonordeste.verdesmares.com.br

Sarto veta projetos de redução de áreas de proteção ambiental; Câmara Municipal vai avaliar decisão. Sarto veta projetos de redução de áreas de proteção ambiental e flexibilização do pagamento de outorga onerosa

#Veto Ingrid Campos ingrid.campos@svm.com.br

Projetos vetados

A Prefeitura de Fortaleza enviou à Câmara Municipal, nessa quarta-feira (12), o veto integral a três projetos que tratam do zoneamento da Capital. Os vereadores, então, devem votar se mantêm ou derrubam o veto do prefeito José Sarto (PDT). O Diário do Nordeste buscou a Casa para saber se há data para que isso ocorra, mas ainda não houve resposta. Segundo o vereador Adail Júnior (PDT), autor de uma das propostas derrubadas, o assunto ainda será conversado.

Segundo o regimento interno, os vetos devem ser apreciados dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores. Caso contrário, será colocado na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária subsequente, bloqueando a pauta das demais proposições, até sua votação final.

As propostas vetadas pela Prefeitura tratam da redução de áreas de proteção ambiental nos bairros Presidente Kennedy e São Gerardo, de autoria do vereador Adail Jr (PDT) e do ex-vereador (e, hoje, deputado estadual) Antônio Henrique (PDT), e da flexibilização do pagamento da outorga onerosa, de Paulo Martins (PDT). O Diário do Nordeste buscou a Prefeitura de Fortaleza para entender os motivos dos vetos integrais. Quando houver resposta, a matéria será atualizada em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br.

Segundo o regimento interno, os vetos devem ser apreciados dentro de 30 dias a contar de seu recebimento

A proposta de Adail Júnior altera limites das macrozonas de ocupação urbana e de proteção ambiental porque a delimitação do Parque Raquel de Queiroz, no bairro São Gerardo, adentrou numa propriedade privada "que já possui urbanização, antes mesmo da vigência do atual Plano Diretor", relativa a um condomínio.

Demarcação

"Aparentemente, por não haver edificação no local à época da demarcação, o trecho foi confundido como de propriedade pública. Com efeito, nos terrenos vizinho de ambos os lados a linha que delimita o referido Parque foi traçada contígua aos muros ali existentes", explica o texto. Com objetivo semelhante, o projeto de Antônio Henrique é focado na Chácara Barroso, integrante do sítio Mortipicu, no bairro Presidente Kennedy, "caracterizado por uma área consolidada, em decorrência do adensamento urbano, possuindo suas edificações com aval da Prefeitura Municipal de Fortaleza".

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

Uma das propostas trata da delimitação do Parque Raquel de Queiroz, no bairro São Gerardo

FOTO: PREFEITURA DE FORTALEZA

OPINIÃO

"Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida, de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho." Edson Queiroz

CHARGE

IDEIAS

Livro e picolé

Gonzaga Mota
Professor aposentado da UFC

Algum tempo atrás, tive a oportunidade de visitar a XVIII Bienal Internacional do Livro no Rio de Janeiro. Realizou-se no amplo Rio Centro. Chegando no local, no primeiro dia, fiquei emocionado e alegre. A fila de entrada era muito extensa e formada na grande maioria por crianças, jovens e adolescentes. Apesar da minha idade, mas em respeito e homenagem aos integrantes, fiz questão de enfrentar, sob um sol forte, a ordem estabelecida. Após aproximadamente uma hora entrei no enorme pavilhão. Mesmo cansado, fui a vários setores e observei muitos "stands".

Livros diversos: poemas, romances, técnicos, religiosos, infanto-juvenis, etc. No dia seguinte retornei para espiar, exclusivamente, as obras destinadas às crianças e aos jovens. Notei que a frequência, de um dia para o outro, do público infanto-juvenil havia aumentado. Cresceu, mais ainda, minha felicidade e emoção. Os meninos e meninas do Brasil estão iniciando um processo de emancipação cidadã, através da leitura. Sentei-me em frente a um "stand" de livros infanto-juvenis. Ao lado, uma moça com carrinho vendia picolés para a garotada.

Pois bem, a meninada passava indiferente pelo carrinho e entrava no "stand". Muitos compravam livros e só depois adquiriam os saborosos picolés. Atitude, a meu juízo, que traz esperança. A boa leitura poderá acabar no futuro, talvez numa geração (25 anos), com os desvios de conduta e a corrupção endêmica existentes em vários segmentos da população brasileira. Sem dúvida, é na educação e na cultura que se encontra o único caminho para o desenvolvimento democrático, econômico e social, abrangendo liberdade, justiça e paz. P.S- Boa leitura é aquela que se apoia em princípios éticos e morais.

> **Os meninos e meninas do Brasil estão iniciando um processo de emancipação cidadã, através da leitura**

Desenvolvimento Infantil

Luciana Brites
CEO do Instituto NeuroSaber

O desenvolvimento infantil é um processo repleto de marcos importantes que influenciam a aprendizagem e o futuro das crianças. Os pais devem proporcionar para as crianças estímulos, além de inseri-las em um ambiente que as ajudem a se desenvolver.

As neurociências apontam que os primeiros três anos de vida são cruciais para o desenvolvimento infantil. Este período, referido como primeira infância, é caracterizado pelo intenso desenvolvimento cerebral, uma época em que ocorrem 90% do desenvolvimento do cérebro.

Portanto, podemos afirmar que as crianças têm maiores probabilidades de prosperar quando têm acesso a cuidados de saúde, nutrição, educação e serviços de assistência social de qualidade durante os primeiros anos, assim como a estímulos adequados.

Uma forma de fazer isso é a estimulação de habilidades que precisam ser adquiridas em cada faixa etária, como linguagem ou habilidades motoras em crianças bem pequenas, por exemplo.

Também devemos estimular a leitura desde cedo através do exemplo. Os pais devem ensinar o hábito da leitura mesmo antes da criança começar a falar. Isso pode ser feito à noite com a contação de histórias por meio de livros infantis. Também é uma forma de estimular a imaginação do pequeno e conforme for crescendo se tornará um leitor assíduo e com excelente desempenho escolar.

Ao estimular o desenvolvimento de determinadas habilidades específicas, os pais oferecem incentivo positivo e criam um ambiente familiar seguro. Ainda impulsionam as habilidades cognitivas, emocionais e sociais das crianças.

> **As neurociências apontam que os primeiros três anos de vida são cruciais para o desenvolvimento infantil**

Diário do Nordeste
Praça da Imprensa Chanceler Edson Queiroz - Bairro: Dionísio Torres - Fortaleza, CE - CEP 60135-690

Superintendente do Sistema Verdes Mares: **Ruy do Ceará**; Diretor de Operações e Jornalismo: **Gustavo Bortoli**; Diretor Comercial: **Erick Picanço Dias**; Gerente de Jornalismo Diário do Nordeste: **Ívila Bessa**; Gerente de Audiovisual: **André Melo**; Gerente de Esporte: **Gustavo de Negreiros**; Gerente de Projetos Especiais: **Ildefonso Rodrigues**; Supervisor da edição em PDF do Diário do Nordeste: **Fernando Maia**; Repórter: **Ideídes Guedes**; Diagramação: **Lincoln Souza e Louise Anne Dutra**. Telefones - Geral **(085) 3266-9999,** Assinaturas e Atendimento ao Assinante: **4001-9191** Programação Comercial: **3266-9148** — As opiniões assinadas não refletem, obrigatoriamente, o pensamento do jornal.

#Imparh
#LutoNaMúsica
#INSS

DESTAQUES DA WEB

Imparh abre seleção com 910 vagas

Cursos de línguas no 2º semestre. Há vagas para português, inglês, alemão, espanhol, italiano, francês e japonês

O Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Imparh) abriu 910 vagas nos cursos de línguas para o semestre 2024.2. As inscrições estão disponíveis até o próximo dia 7 de julho por meio do Canal de Concursos e Seleções da Prefeitura de Fortaleza. Há vagas para os cursos de português, inglês, alemão, espanhol, italiano, francês e japonês. Estão aptos a participar pessoas que tenham concluído ou estejam cursando, no mínimo, o 9º ano do ensino fundamental, com idade de 14 anos completos. A inscrição é no valor de R$ 88 e pode ser pago até o último dia da inscrição. Os cursos de línguas estrangeiras do Imparh duram três anos e meio. Já o de português tem a duração de dois anos e meio.

Prioridade na fila do SUS

Mulheres vítimas de violência doméstica têm prioridade

Mulheres em situação de violência doméstica têm, agora, prioridade na fila para cirurgias plásticas reparadoras pelo SUS. A medida vale para casos de sequelas de lesões provocadas pela violência e está assegurada na Lei nº 14.887, publicada nesta quinta-feira (13) no Diário Oficial da União. A lei é assinada pelo presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin.

Golpe do precatório

Cinco suspeitos são presos no Ceará no por enganar beneficiários

Uma operação das polícias civis do Ceará e de Sergipe resultou na prisão preventiva de cinco pessoas, nessa quinta-feira (13), em Fortaleza e Região Metropolitana, por supostamente integrar uma quadrilha envolvida num esquema que aplicava golpes em beneficiários dos precatórios.
O grupo teria feito vítimas em Sergipe e em outros estados do País.

Luto na música

Morre cantor Nahim, aos 71 anos, em São Paulo

O cantor Nahim Jorge Elias Júnior, mais conhecido Nahim, morreu nessa quinta-feira, aos 71 anos, em Taboão da Serra/SP. Ele faleceu após cair de uma escada. O óbito do artista foi registrado preliminarmente como sendo "suspeito", informou a Polícia. Em abril de 2019, ele chegou a ser preso por descumprir uma medida protetiva contra a ex-esposa, cujo nome não foi divulgado na época.

Unidade móvel do INSS

Lupi e Sarto inauguram 1º PrevMóvel do Ceará em Fortaleza

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi (PDT), esteve em Fortaleza, ontem (13), para inaugurar na Capital um serviço do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) chamado "PrevMóvel". Trata-se de uma van que vai levar atendimentos da previdência social a bairros da Capital onde não há agências do tipo. A unidade móvel é a primeira a funcionar no Ceará e está presente no bairro Granja Lisboa.

NEGÓCIOS

#FGTS
#Correção
#Julgamento

FOTO: SHUTTERSTOCK

Novo cálculo de correção do FGTS beneficia o trabalhador, pois traz como índice mínimo a inflação do período

Como o meu FGTS vai render após a correção?

Novas regras beneficiam o trabalhador e valem a partir da publicação da ata do julgamento

#FGTS Paloma Vargas paloma.vargas@svm.com.br

Mudanças nas regras

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) deve ser corrigido, pelo menos, pela inflação. A decisão, tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nessa quarta-feira (12), vale daqui para frente e não afeta depósitos passados. A proposta do Governo Federal, aceita pelos ministros, visa que a remuneração do FGTS não seja menor que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE. Até agora, os valores depositados no fundo, são corrigidos mensalmente pela Taxa Referencial (TR), mais juros de 3% ao ano. Porém, atualmente, a TR está próxima de zero.

Na prática, a mudança é a seguinte: o modelo de reajuste continua sendo a TR + 3% ano, mas quando esse índice resultar em uma remuneração menor do que o IPCA, a correção será feita pela inflação. Essa compensação será determinada pelo Conselho Curador do FGTS. Ricardo Coimbra, economista e conselheiro do Conselho Regional de Economia Ceará (Corecon-CE) e da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil (Apimec Brasil), realizou os cálculos para a reportagem do Diário do Nordeste.

A decisão do STF protege o trabalhador da inflação e será aplicada ao saldo existente na conta

Ele explica que este ano a expectativa é de que a inflação fique em torno de 3,9% e a TR mais os 3% ficaram em torno de 3,2 a 3,3%. “Ou seja, existe uma diferença, de algo em torno de meio por cento ao ano entre as duas taxas, que a partir de agora será considerado em benefício do trabalhador”.

Inflação

Ele ainda lembra que com a nova regra será considerado, para efeito de cálculo da remuneração, mês a mês, aquilo que tiver maior, seja a inflação do período, seja a taxa relacionada com a fração dos 3%, referente ao juro composto do período. “Isso garante, pelo menos, a remuneração do FGTS vinculada a inflação do período”.

Correção

A decisão do STF, levando em consideração sempre as duas possibilidades de correção, também protege o trabalhador de picos da inflação e será aplicada ao saldo existente na conta a partir da data de publicação da ata do julgamento.

NEGÓCIOS

Copa do Mundo deixa legado de especulação imobiliária e alta de preços em imóveis em Fortaleza. Novos empreendimentos surgem na região em virtude da remodelação do estádio e das obras de infraestrutura; especulação é questionada por especialistas

#LegadoDaCopa Luciano Rodrigues luciano.rodrigues@svm.com.br

FOTO: THIAGO GADELHA

Imóveis nos arredores do Castelão tiveram uma valorização acima da média

Imóveis tiveram grande valorização

Os investimentos de mais de R$ 1,6 bil em mobilidade em Fortaleza efetuados para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil trouxeram mudanças significativas na condição urbanística da cidade, sobretudo nos arredores da Arena Castelão, equipamento construído e utilizado para o evento. Além disso, também é possível observar as alterações na dinâmica imobiliária, que colocam os bairros vizinhos ao estádio em evidência.

Há 15 anos, em maio de 2009, Fortaleza foi escolhida como uma das sedes da Copa de 2014. Desde então, uma série de mudanças mudou a dinâmica de cinco bairros majoritariamente: Barroso, Boa Vista (antigo Mata Galinha), Cajazeiras, Dias Macedo e Passaré, além do próprio Castelão.

Antes, os terrenos imobiliários e os imóveis nas vizinhanças do Castelão eram marcados por "vazios urbanos e espaços verdes", definidos por empresas do setor da construção civil como glebas, como explica de acordo com Rodolfo Damasceno, professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE) em Tabuleiro do Norte.

"Quando a cidade foi posta como subsede da Copa do Mundo, esse eixo imobiliário começou a ir na direção do Castelão. É o que a gente chama de pêndulo imobiliário. Tinha esse eixo de valorização do mercado imobiliário para essa área da cidade, que foi encontrando na direção ali da Arena Castelão novas áreas para investimentos", define Damasceno em entrevista para o Diário do Nordeste.

Um dos principais indicadores que medem o valor de venda residencial no País, o Índice FipeZap+, traz um panorama mensal desde janeiro de 2011 sobre os empreendimentos comercializados em Fortaleza.

1,6

Bilhão de reais foi o montante investido em mobilidade urbana na cidade de Fortaleza para a Copa do Mundo de 2014

Valorização

Em maio de 2011, dois anos depois da escolha da capital como sede e quando as obras já eram tocadas, o preço médio de venda residencial na capital cearense era de R$ 3.851/m². Na época, os empreendimentos imobiliários já passavam por uma alta valorização, chegando a ficar 25,6% mais caros em comparação com o início de 2010.

"Não havia tantos prédios e agora a gente consegue verificar alguns prédios surgindo, sobretudo ali aqueles próximos já das obras de mobilidade urbana", considera Rodolfo Damasceno sobre a região.

Em sua tese de doutorado, o pesquisador traz um panorama sobre os preços nos cinco bairros citados na pesquisa. Todos passaram por um processo acentuado de valorização imobiliária, contando inclusive com lançamentos.

Atualmente, os preços em Fortaleza mostram uma valorização crescente em toda a cidade. Em janeiro de 2011, o valor médio da compra residencial era de R$ 3.581/m². Já no balanço mais recente do Índice FipeZap+, de abril de 2024, as cifras do metro quadrado na capital cearense estavam em R$ 7.374, variação de 106%.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

NEGÓCIOS

EGIDIO SERPA
egidio.serpa@svm.com.br
#Fundos

FIRMO DE CASTRO EM DEFESA DO FNE

Considerado o maior especialista em Fundos Constitucionais do País, o economista cearense Firmo de Castro - ex-secretário da Fazenda do Ceará e ex-deputado federal com profunda participação na elaboração da legislação que criou o FNE e os outros fundos semelhantes da Amazônia e do Centro Oeste - ergueu-se contra a ideia dos governadores nordestinos de apropriarem-se de parte dos recursos desse fundo para o financiamento de seus projetos estratégicos. De acordo com ele, a ideia afronta os objetivos constitucionais que tratam da matéria. Ele explicou à coluna:

"Na verdade, o direcionamento do FNO e do FNE para o financiamento ao setor público, inclusive dos projetos de infraestrutura, afronta claramente os objetivos previstos no Art. 159, I, C, da Constituição Federal, que se voltam, com exclusividade, para apoio financeiro complementar e especial aos setores produtivos das Regiões Norte e Nordeste.

"Tal direcionamento foi balanceado, à época da Assembleia Nacional Constituinte, com a também aprovação da elevada expansão das disponibilidades financeiras do FPE e FPM (para 21,5% e 22,5% da arrecadação do IR e IPI, respectivamente), ou seja, cerca do dobro anteriormente observado. Foi por isto que lutamos e nos dispusemos a ser autor do dispositivo constitucional acima mencionado, bem como das leis complementares que lhe deram operacionalidade."

INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS

Firmo segue com a palavra: "Ressalve-se que a própria Constituição estabelece outros caminhos de apoio às ações do setor público nacional como um todo , inclusive via instrumentos orçamentários ."Repetidas tentativas anteriores com essa mesma finalidade foram rejeitadas, à exceção de malgrado e reduzido apoio dos citados Fundos ao FIES."Agora, mediante inaceitável e irresponsável silêncio dos poucos parlamentares que supostamente conhecem a matéria, a maioria dos congressistas atuais a ignora e permite que prosperem iniciativas semelhantes, como a ora cogitada pelo Condel da Sudene por iniciativa dos governadores. "É pena que a administração federal, também desconhecedora desta e de outras questões relacionadas com o desenvolvimento regional, silencie ou deixe avançar este tipo de proposta."

ABERRAÇÃO SUGERIDA

Firmo de Castro conclui seu argumento da seguinte maneira: "Não se pode esquecer que a particular aberração agora sugerida tem origem exatamente naquele que deveria ser o principal organismo de desenvolvimento regional brasileiro (a Sudene), formado com a participação dos próprios governos estaduais regionais e representações dos ministérios federais, conjunto institucional que caberia estar alinhado no sentido contrário, em defesa da ordem constitucional." Ao lado de Firmo de Castro já se posicionaram, também, as lideranças das principais entidades da indústria, do comércio e da agropecuária do Nordeste, para as quais o FNE - assim como o FNO no Norte do país - tem o claro objetivo de financiar projetos da iniciativa privada voltados para o desenvolvimento dos diferentes setores da atividade econômica. Leiga no assunto, esta coluna considera interessante a ideia dos governadores, que passariam a dispor, anualmente, de recursos especiais para a execução de projetos estratégicos nas áreas de infraestrutura, da ciência, tecnologia e inovação. Mas esses projetos teriam de estar casados com os da iniciativa privada, com o que se integrariam os interesses das duas partes. Pelo que propõem os governadores, será o BNB que, em contato direto com a liderança política estadual, definiria as prioridades. O assunto, como todos os que envolvem incentivos fiscais, é polêmico.

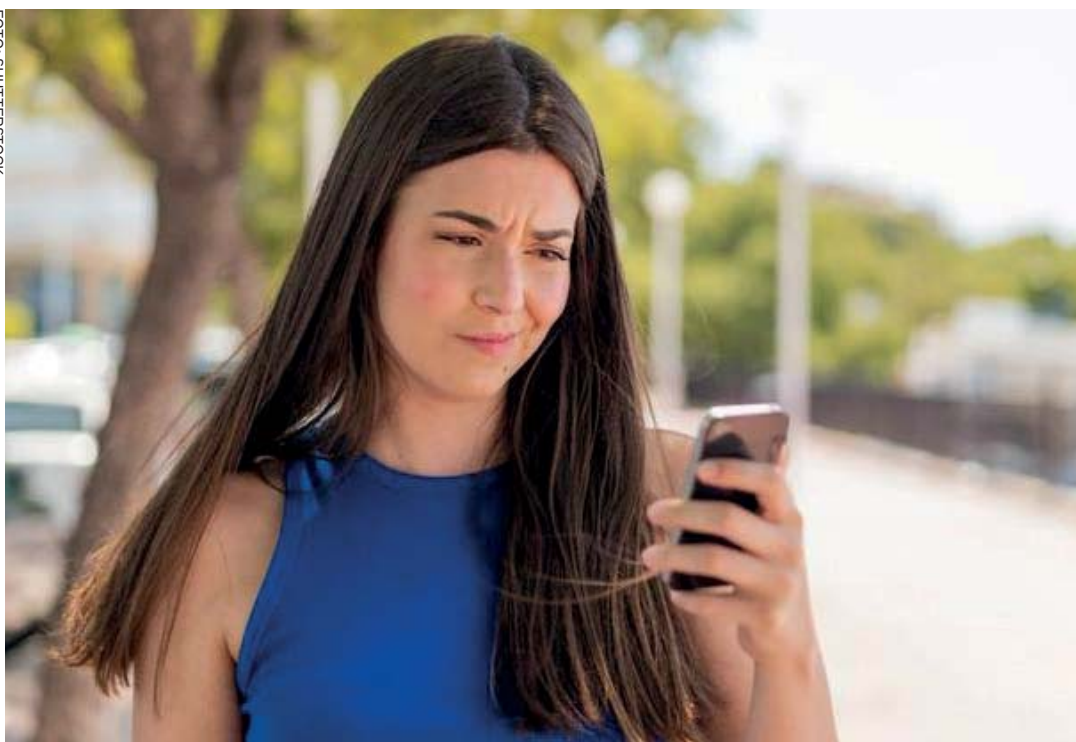
'Valor inbox': prática de vender em redes sociais e informar preço no privado é ilegal

#RedesSociais

negocios@svm.com.br

Prática ilegal

FOTO: SHUTTERSTOCK

O Código de Defesa do Consumidor define como direito básico do cliente ter a informação "adequada e clara

As redes sociais estão cada vez menos sociais e muito mais comerciais, com anúncios a cada rolagem da timeline. Apesar de inconveniente, não há nada errado nisso, desde que sejam respeitadas as determinações legais. Não é o que acontece, contudo, com a comum prática de anunciar um produto ou serviço sem especificar o preço. Quando isso ocorre, é comum que alguns interessados peguntem nos comentários: "quanto é?". Igualmente comum é a resposta por parte do vendedor: "valor inbox", "valor via direct" ou preço inbox", indicando que a informação seria dada privadamente.

Intenção

Talvez seja intenção do vendedor evitar comentários depreciativos ou reter o cliente de alguma forma, embora a eficácia disso seja questionável e antipática. Mas é mais do que isso. Essa prática é ilegal. O Código de Defesa do Consumidor (CDC) define como direito básico do cliente ter a informação "adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço".

Afixação de preços

Outra lei (10.962/2004) também trata da oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, determinando que, no comércio eletrônico, deve ser feita "divulgação ostensiva do preço à vista, junto à imagem do produto ou descrição do serviço, em caracteres facilmente legíveis".

O artigo 56 do CDC prevê algumas punições administrativas em caso de descumprimento da lei, "sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas".Registrar o ocorrido em plataformas como o Reclame Aqui também é recomendado.

Leia matéria completa em www.diariodonordeste.verdesmares.com.br

#Filme
#GuimarãesRosa
#Literatura

VERSO

CINEMA

Clássico readaptado

Filme 'Grande Sertão' e adaptações promovem redescoberta do clássico de Guimarães Rosa. Luisa Arraes, Diadorim em cartaz no cinema, e pesquisadora Aíla Sampaio falam sobre as diversas versões da obra que parece "inadaptável"

Luisa Arraes e Caio Blat em cena de "Grande Sertão", de Guel Arraes: clássico repaginado

FOTO: DIVULGAÇÃO

Diego Barbosa
diego.barbosa@svm.com.br

Desde 1956, quando foi publicado, "Grande Sertão: Veredas" não é só clássico brasileiro. Entrou para o Olimpo da literatura mundial. No último dia 6, deu mais um passo na tentativa de se aproximar do grande público - feito notável, uma vez ser considerado inadaptável diante da complexidade do texto de Guimarães Rosa: ganhou o cinema.

"Grande Sertão" tem direção de Guel Arraes e atualiza a narrativa roseana. Em suma, transporta a história do cangaço do começo do século XX para uma comunidade dos dias de hoje, localizada em uma cidade fictícia. No lugar de jagunços, bandidos e traficantes; em vez de homens da lei, policiais corruptos.

"É como se o cinema se tornasse um Coliseu, sabe?", instiga Luisa Arraes, atriz do longa. Na pele de Diadorim, um dos protagonistas da trama, a artista conta que uma grande questão já se impunha no processo de adaptação: no livro, o personagem dela só existe devido à adoração de Riobaldo. Como transpor isso para a tela?

"Tivemos que fazer escolhas, porque falamos: 'Esse personagem vai existir, não será só uma neblina na história'. Inclusive, acho que uma das partes mais ousadas da adaptação é mesmo essa criação do Diadorim. Se você pega o livro, ele tem, no máximo, cinco falas", contabiliza. No filme, de fato, é bem diferente.

Diadorim é retratado desde criança, e não se furta a escancarar rapidamente para o espectador: é uma menina, filha do maior guerreiro de todos. Ainda pequena, ouve a sentença do pai: "Guerra não é lugar de mulher". Assim, traveste-se de homem e parte para uma jornada de autoconhecimento e violência em um mundo inteiramente hostil.

"Acho que é o maior trabalho de composição que já fiz. Diadorim me parece uma tela em branco porque vejo que o masculino é muito retirado de nossas existências, erroneamente. Por outro lado, me identifico muito com ele. Até os 12 anos, eu só ia na seção masculina de roupas. E tem também a coragem e uma parte mais doida dele que acho interessante".

Impossível de adaptar?

A boa notícia é que não existe obra impossível de ser adaptada. Pelo menos é a visão de Aíla Sampaio, Doutora em Literatura Comparada e professora da Secretaria de Educação do Ceará e da Universidade de Fortaleza. Segundo ela, como não se exige fidelidade da adaptação ao texto-fonte, a liberdade de criação faz todo o serviço.

"Corta núcleos narrativos, acrescenta outros, pode mudar os cenários, trazer o enredo de um tempo passado para a contemporaneidade, pode eliminar ou acrescentar personagens... Enfim, selecionar o que de fato faz sentido colocar na tela e que dialogue com o texto original. Daí ser importante que o roteirista/diretor tenha se apropriado da história da obra escolhida, para então modificá-la com objetivos definidos", contextualiza.

Mesmo "Grande Sertão: Veredas" consegue a proeza. Não à toa, além do recente filme de Guel Arraes, o livro já foi adaptado para o teatro pela atriz e diretora Bia Lessa; e para a TV por Walter Avancini - uma minissérie de 25 capítulos produzida pela TV Globo em 1985.

Além disso, a mesma Bia Lessa deve lançar o filme "Diabo na Rua, no Meio do Redemunho"; e Adirley Queirós lançará "Grande Sertão: Quebradas", ambos neste ano.

"É uma obra de leitura complexa devido à sintaxe muito particular do Guimarães Rosa e dos tantos neologismos. Mas, ao adaptar, o roteirista e o diretor são livres para colocar na tela uma reescrita que a aproxime mais do público. As adaptações das obras literárias contribuem muito para que o espectador se converta em leitor do material-fonte, fazendo com que a obra seja redescoberta e trazida de volta ao cenário".

Luisa Arraes reforça a ideia ao dimensionar que, tanto na peça de Bia Lessa quanto no filme de Guel Arraes, o componente teatral é muito forte.

Neste ela é Diadorim; no primeiro, interpreta Riobaldo mais jovem e vários personagens, além de fazer o monólogo da morte dos cavalos. Leia o conteúdo completo em diariodonordeste.verdesmares.com.br

CLASSIFICADOS

ROMULO SERJO RODRIGUES

Torna público que **requereu** à Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMMA a **Licença Ambiental** (LP, LI, LU) para construção de uma residência unifamiliar localizada na Rodovia 4º. Anel Viário, Aphaville Ceara 3, Alameda Australia Quadra G05 Lote 05-Eusebio-CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da AMMA no qual esta publicação é parte integrante.

GALDINO ARAÚJO MAGALHÃES LTDA
CNPJ 54.504.391/0001-00

Torna público que **recebeu** da Autarquia Municipal do Meio Ambiente de Camocim - AMA a autorização ambiental de corte de árvores isoladas, localizada no município de Camocim-CE,RUA DESEMBARGADOR AURINO,2822,BAIRRO CRUZEIRO - 62400-000, com validade de 23/05/2024 à 23/05/2025. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da AMA.

A COBAP COMERCIO E BENEFICIAMENTO DE ARTEFATOS DE PAPEL S/A

Torna público que **recebeu** da Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano – SEMAM a RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL para FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE PAPEL, localizada na AV WILSON CAMURCA, 145 Bairro DISTRITO INDUSTRIAL I, Município de Maracanaú, Estado do Ceará. A presente publicação é parte integrante do procedimento de Licenciamento Ambiental junto à semam, e seus Efeitos só serão validados com a Devida emissão da licença.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 90003/2024
UASG 158565

Nº Processo: 23282.005295/2024-72. **Objeto:** Aquisição de Televisores, nobrecks, baterias estacionárias, projetores e telas de projeção, por registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 07. Edital: 14/06/2024 das 08h30 às 12h00 e das 13h00 às 16h30. Endereço: Av. Abolição, 03, Centro - Redenção/CE ou **https://www.gov.br/compras/edital/158565-5-90003-2024.** Entrega das Propostas: a partir de 14/06/2024 às 08h30 no site **www.gov.br/compras.** Abertura das Propostas: 27/06/2024 às 09h30 no site **www.gov.br/compras.** Informações Gerais: O edital e link de acesso ao processo administrativo estão disponíveis ainda na página da instituição **https://unilab.edu.br/licitacoes-2024/.**

Tiago Lúcio Pereira Melo
Coordenador de Licitações, Contratos e Patrimônio

#Assembleia
#CSC
#Estatuto

JOGADA

FOTO: JOMA DRONES

A assembleia tem o objetivo de votar a aprovação, ou não, do novo estatuto do clube

Assembleia para votação do estatuto do Ceará deve acontecer em três dias, determina desembargador. Diretoria do Ceará informou que ainda não foi notificada da decisão

#Vozão Daniel Farias daniel.farias@svm.com.br

Convocação determinada

Membros do conselho deliberativo compareceram, na manhã do último sábado (8), à sede do clube para definir os ritos da votação do novo estatuto

O desembargador José Evandro Nogueira Lima Filho determinou a João Paulo Silva, presidente do Ceará, que convoque e promova, no prazo de três dias corridos após ser intimado, a assembleia para votação do novo estatuto do clube. O Diário do Nordeste teve acesso à decisão do desembargador. “Seja realizada nova convocação editalícia àqueles com direito de voto, pelo prazo de três dias, contados a partir da intimação”, diz um trecho da decisão.

“Determinar ao Presidente Executivo do Ceará Sporting Club, que após intimado, convoque e promova, no prazo subsequente de três (03) dias corridos, obedecendo o rito indicado na Resolução 001/2024, a votação da proposta de alteração do Estatuto Social, sob pena de multa”, disse o desembargador José Evandro Nogueira Lima Filho.

Procurado pelo Diário do Nordeste, o Ceará informou que, até o momento da publicação desta matéria, não foi notificado da decisão. O prazo de três dias estabelecido pelo desembargador será contado apenas após intimação do presidente João Paulo.

21 de junho

A diretoria executiva do Ceará havia divulgado, na última quarta-feira (12), o edital para convocação dos membros do Conselho Deliberativo para a votação do novo estatuto do clube, para o dia 21, sexta-feira. Uma decisão judicial de alteração da data, definida pela Juíza de Direito Antônia Dilce Rodrigues Feijão, havia ocorrido para que a gestão do Ceará tivesse tempo para melhor organizar o evento, garantir segurança ao público e seguir os ritos estatutários previstos.

A assembleia tem o objetivo de votar a aprovação, ou não, do novo estatuto do clube. No novo conjunto de regras da instituição, que será votado pelos conselheiros, consta, principalmente, a participação do sócio-torcedor nas eleições do clube.

Membros do conselho deliberativo compareceram, na manhã do último sábado (8), à sede do clube para definir os ritos da votação do novo estatuto. Nela, os 61 membros do conselho presentes aprovaram, por unanimidade, como seria o funcionamento da votação.

TOM BARROS
tom.barros@svm.com.br
#Memória

RELÍQUIAS DO FUTEBOL CEARENSE

O que passou, passou. Sim, mas quem fica, então, para contar a história? Guardar os fatos de hoje é fácil. A tecnologia preserva até nas nuvens os acontecimentos atuais. Não há motivo para preocupação. Tudo bem. Mas os fatos de antes da era do computador? José Renato Sátiro Santiago Jr, paulista de nascimento, cearense de coração, lançou o livro "Floresta - O Colosso da Vila Manoel Sátiro", no qual conta toda a história do time fundado pelo seu avô, Felipe de Lima Santiago, em 1954. É o time mais vencedor do futebol amador do Ceará. Uma bela história de amor ao esporte. A contribuição de Renato Sátiro à memória do futebol cearense tem sido expressiva. Escreveu o "Almanaque do Clássico-Rei", "Almanaque do Fortaleza" e "Almanaque Fernando Sátiro - A Epopeia de um Craque Alencarino", além de 14 outras obras sobre o futebol brasileiro. Ele está no Guinness Book porque é detentor do maior acervo de livros, revistas e artigos esportivos do mundo. É por obras assim que ainda acredito na preservação da memória futebolística de nosso estado.

SAUDADE

Fiquei muito preocupado com a memória do futebol cearense, após a morte de Airton Fontenele e Alfredo Sampaio. Airton foi fantástico. Na sua própria casa, fez um acervo riquíssimo de informações. Esse acervo está sendo conservado com muito carinho por sua filha, Beth Fontenele.

ACERVO

O trabalho de Alfredo Sampaio, o Enciclopédia do Futebol Cearense, foi todo realizado na época em que ele trabalhava na Rádio Uirapuru. Quando ele morreu, a obra ficou com um sobrinho seu. Não posso precisar o destino da obra. Era um acervo de súmulas e fichas de todos os jogos realizados no futebol cearense.

CONTRIBUIÇÃO

De forma isolada, há os abnegados que abraçam a causa de contar a história dos ídolos do futebol cearense. O jornalista Ciro Câmara e o documentarista Vinícius Augusto Bozzo dirigiram o filme "Amilton Melo - Ídolo de Todos", belo trabalho sobre a vida de um dos maiores craques do futebol cearense.

LIVROS

Em 2013, Saraiva Junior escreveu o livro "Mozart - Uma Trajetória Inquieta no Futebol". A vida daquele que foi, na minha opinião, o mais perfeito jogador cearense de todos os tempos. Uma obra imperdível. Somente quem viu Mozart nos áureos tempos pode falar sobre os encantos do seu talento. Eu vi. Fui um privilegiado.

ÍDOLO CORAL

Em 2023, foi lançado o livro "Pacoti - O Homem Goal", primoroso trabalho realizado por Edvardo Moraes (Vavá), João Eudes Costa e Airton Almeida Monteiro. É o retrato fiel do maior ídolo do Ferroviário em todos os tempos. Citei, portanto, alguns trabalhos sobre a memória do futebol cearense. Mas ainda é muito pequena a produção literária neste segmento.

JOGADA

Ministério Público da Espanha solicita aumento do tempo de prisão de Carlo Ancelotti

#Justiça
jogada@svm.com.br

Fraude fiscal

FOTO: ADRIAN DENNIS / AFP

A defesa de Ancelotti já apresentou ao tribunal um documento que aponta o pagamento de fiança pelo treinador e negou as acusações

O Ministério Público espanhol aumentou o tempo de prisão pedido para o técnico do Real Madrid, Carlo Ancelotti. O italiano é acusado de fraude fiscal em declaração de impostos. Segundo a investigação da Procuradoria, foi ocultado que treinador utilizou um paraíso fiscal para receber valores por direitos de imagens e não declarou os tributos devido nos anos de 2014 e 2015.

Foi considerado que a suposta fraude fiscal supera o valor de 120 mil euros por ano (aproximadamente R$ 699 mil reais na cotação atual), o que é considerado crime no país. Segundo o documento apresentado pela Procuradoria à Justiça espanhola, noticiado pelo jornal El Mundo, Ancelotti recebia os valores referentes a direitos de imagem por meio de uma empresa chamada Vapia Limited, com sede nas Ilhas Virgens Britânicas. O país norte-americano é um dos principais paraísos fiscais do mundo.

Inicialmente, o Ministério Público apontou o valor recebido em 1,06 milhão de euros (R$ 5,72 milhões). Desta vez, contudo, a Procuradoria detectou 2,5 milhões de euros (R$ 14,58 milhões) repassados à empresa off shore. Ainda conforme a investigação, os pagamentos foram feitos depois que o técnico assinou contratos de publicidade com marcas como Nike, Nexon Europe ou Cecil Purnell.

A estimativa do Tesouro espanhol é que a não declaração dos rendimentos fez com que a fraude de Ancelotti equivalesse a 386 mil euros (R$ 2,2 milhões) em 2014, e 675 mil euros (R$ 3,9 milhões) em 2015. O pedido de prisão do MP é dividido em dois anos de reclusão pelo primeiro ano e três pelo segundo.

A defesa de Ancelotti já apresentou ao tribunal um documento que aponta o pagamento de fiança pelo treinador e negou as acusações. Foi pedido, ainda, que o pedido de prisão seja revisto, sob argumento de que boa parte da "fraude" já foi paga.

O pedido de prisão do MP é dividido em dois anos de reclusão pelo primeiro ano e três pelo segundo